

M.'. Q.'. I.'. Presidente do Congresso, M.'. Resp.'. Grã-Mestra, M.'. Resp.'. CC.'. FF.'. II e II Dignitários(as) que decoram o Or.'. II.'. Dep e II e II nos vossos graus.

Imigração e Tolerância - Congresso GLFP de Setembro de 6010,

Esta prancha é a síntese do contributo das Lojas da GLFP que, ao longo do ano, se debruçaram e reflectiram sobre este tema.

Um dos temas com que o sec XXI se confronta, e em particular a Europa, é a questão das “migrações”, entendido como fenómeno social de mobilidade, abrangendo as deslocações de pessoas, entre os 27 Países da União Europeia, e Países terceiros.

Para se ter uma ideia da dimensão do fenómeno, bastará referir que, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, das Nações Unidas, cerca 214 milhões de pessoas, em todo o Mundo, estavam fora dos seus Países de origem, o que significa cerca de 3,1% da população mundial. Este número de pessoas seria o suficiente para formar a 5ª Nação mais populosa do Mundo.

Sendo certo que o fenómeno migratório é uma constante histórica da humanidade porque, desde sempre, os Povos migraram, construíram Estados, cidades e civilizações, é no contexto do mundo global que o fenómeno atinge esta dimensão avassaladora.

À escala global, os movimentos migratórios verificam-se em dois sentidos: dos Países do Sul para o Norte, e de Leste para Este, com a Europa no centro da atracção das migrações e como principal “referência do mundo ocidental”.

A globalização, paradigma da sociedade moderna, não foi tão global como se previa, foi hemisférica. Os povos do Sul são eles próprios vítimas do fenómeno da globalização: a pobreza cresce, o meio ambiente degrada-se, as doenças endémicas alastram, as novas formas de colonialismo do século XXI atingem

as suas débeis economias. Surgem novas formas de escravatura, associadas ao tráfico de seres humanos, e à imigração ilegal, onde os mais elementares direitos humanos não são respeitados.

As profundas desigualdades no desenvolvimento entre os países, assim como no interior destes, provocam contínuos fluxos de pessoas, das zonas mais pobres para os Países onde as condições de vida são melhores, apenas porque procuram uma vida melhor, no fundo a maioria dos imigrantes procura ter acesso ao simples gesto de abertura de uma torneira donde sai água. Estas disparidades de desenvolvimento, ao contrário do que seria de esperar, não têm diminuído a nível mundial, mas aumentado.

Em 2008, os 27 Países da UE tinham cerca de 19,5 milhões de imigrantes, de Países terceiros, legalmente estabelecidos: 6.2% da população geral europeia e, presume-se, a existência de mais de 5 milhões de imigrantes em situação ilegal, só na Europa.

A necessidade que a Europa tem destes imigrantes para rejuvenescer o seu tecido social, para aumentar a taxa natalidade e suportar a dimensão das prestações sociais dos Estado, é hoje um dado adquirido nas análises prospectivas do futuro da Europa. Por isso a Europa tem necessidade deste importante capital humano.

Olhando para a realidade portuguesa, Portugal passou de País emigratório, até à década de 70, do século passado, para País de imigração. Em 2009 Portugal integra cerca de meio milhão de imigrantes, 5% da população portuguesa, o que significa 10% da população activa, com a predominância da comunidade Brasileira, seguida pelas comunidades da Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Guiné, Angola e países do leste da Europa.

Perante este quadro, sucintamente descrito, como reage a Europa, hoje, ao fenómeno migratório? A primeira questão é política! Basta analisar os órgãos, as instâncias, as estruturas, formais e informais que, no quadro da União Europeia, que se dedicam ao assunto, ou verificar o conjunto de normas medidas e directivas ou as tentativas de adopção de uma política comum para

as “migrações” nos Países da União Europeia, para concluir que o tema marca a agenda política da Europa e dos Estados Unidos da América, no entendimento que o fenómeno não é um problema da Europa, não é uma questão de um Estado em concreto é um problema global. A evidência de que é a questão da migrações é política foi recente decisão do Governo Francês na expulsão dos ciganos romenos que se encontravam em acampamento ilegais, e o lastro de reacções que a decisão provocou.

É ao nível da acção do Conselho da Europa, onde estão representantes dos Países de origem, de trânsito e de destino dos fluxos migratórios que a acção política tende a ser mais concertada ou donde saem as linhas gerais para as políticas de migração da EU. Esta representação transversal confere ao fenómeno a sua verdadeira dimensão.

A questão da *tolerância*, (tema de reflexão nas nossas Lojas apresentado neste *Congresso*), começa, sem dúvida, por ser uma questão política, porque confere aos Estados o poder de determinar a entrada e a permanência e o afastamento dos imigrantes em cada País e de definir as políticas de integração dos imigrantes. Mas a análise não se esgota na dimensão política: é também uma questão económica, de competitividade no mercado de trabalho, de direitos humanos, e de desenvolvimento sustentado.

A primeira interrogação que o fenómeno coloca à Europa é simples: Pode a Europa continuar aceitar, indefinidamente, no seu espaço geográfico, os fluxos migratórios? Tem capacidade para garantir a estes imigrantes emprego, apoio social, direitos, integração plena? Não estamos a empurrar sucessivas gerações de imigrantes para as periferias das grandes cidades, para *guetos* donde emergem conflitos sociais e constantes sinais de violência urbana? E os Países de origem destes imigrantes? O que lhes acontece com a saída massiva das pessoas para a Europa? Não estamos a aprofundar o fosso entre os Países pobres e os Países ricos, atraindo para a Europa o capital humano dos Países de origem, depauperando o tecido social e humano desses Países?

Estas são algumas das interrogações que hoje se colocam!

Por isso as políticas das migrações na Europa são discutidas hoje na perspectiva do *retorno*, na ajuda ao desenvolvimento dos Países de origem, numa visão do desenvolvimento dos povos. A *tolerância* é deste modo entendida como uma ajuda, um investimento no potencial humano a favor dos Países de origem dos imigrantes, e conseqüentemente no desenvolvimento da humanidade à escala global.

A outra dimensão de análise desta questão centra-se nos europeus, nas pessoas. Como olham os cidadãos europeus para os imigrantes?

Fizemos um percurso civilizacional de aceitação das diferenças culturais, étnicas, religiosas, da imigração. A primeira geração de imigrantes teve uma integração mais ou menos pacífica em toda a Europa. No entanto este percurso tem hoje alguns “solavancos”. O Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, tem vindo a denunciar o aumento dos casos de violência racial, de discriminação e de intolerância em todos os países da UE. Este movimento de “intolerância” assenta em questões de disputa do mercado de trabalho, na criminalidade associada à imigração, no terrorismo internacional, envolvido no fundamentalismo religioso de que o ataque às Torres Gémeas de Nova York, em 2001, deu expressão mundial.

Os cidadãos europeus, de acordo com vários estudos, olham para a imigração com desconfiança.

E nós os maçons?

A *tolerância* faz parte das categorias de valores que enformam o nosso pensamento e a nossa acção. A nossa matriz de princípios – liberdade, igualdade, fraternidade – assenta na tolerância para com o outro, e tem como pressuposto a sua condição de igualdade. Aceitamos as diferenças do outro como valores intrínsecos à sua condição de cidadão livre de direitos.

Mas o fenómeno migratório também nos deve suscitar interrogações quando temos de assumir os princípios da tolerância:

Em nome da tolerância devemos aceitar que os imigrantes ponham em prática hábitos culturais contrários aos direitos humanos que são a matriz referencial da Europa, nomeadamente as conquistas dos direitos de igualdade das mulheres? Devemos aceitar que as mulheres muçulmanas continuem a usar a *burqa* ou o *niqab*, símbolos da desigualdade entre homens e mulheres? Tolerar a prática da mutilação genital feminina? Aceitar o casamento de raparigas de 14 anos quando criminalizamos a pedofilia? Não estaremos em, nome da aceitação do multiculturalismo e da diversidade cultural, a contribuir para retrocessos civilizacionais e para *guetos* sociais tolerando práticas inaceitáveis de violação dos direitos humanos? O uso da “burka”, é uma redução da identidade da mulher.

O cidadão de direitos é hoje um cidadão com identidade, a que corresponde um rosto. A “burka” impede o reconhecimento. A mulher não existe para Estado, não existe para a sociedade, existe apenas no meio familiar. Este é apenas um exemplo que também está na ordem do dia com as recentes medidas de proibição do véu integral em locais públicos, em França e em Espanha.

Poderão os maçons e as maçonas de todo o mundo travar este “caos” e estabelecer a ordem? Poderão os maçons e as maçonas, em cargos profanos, ajudar a mudar o paradigma destes imigrantes, que arrastam as suas próprias tradições de que se orgulham mas que, em muitos casos, violam os direitos e a evolução civilizacional do mundo ocidental?

Sendo a própria maçonaria seguidora de uma Tradição e defensora do adogmatismo que caminho deverá seguir para que certas práticas inadmissíveis, aos nossos olhos e à nossa consciência, e que põem causa a dignidade humana sejam abandonadas pela vontade dos próprios.

Não se pretende com esta afirmação conceber o mundo como um lugar onde vivem milhões de pessoas que se pautam pelo “modelo europeu”, que aliás não é perfeito, mas sim respeitar a cultura própria de cada etnia e o seu passado histórico ao mesmo tempo que se demonstra que o intercâmbio/permuta de valores é desejável para o progresso da civilização no

seu todo. A referencia dos “direitos humanos” do reconhecimento do cidadãos de direitos e deveres deve ser linha de orientação da tolerância!

Para os imigrantes que se deslocam, sós ou com a família, pela Europa, que se lhe apresenta como o *El Dorado*, com o intuito de sobreviver e que não se submetem como seres individuais e autónomos à regulação dos Estados de acolhimento, aos valores dos direitos humanos que são a matriz da Europa.

Terá de ser, na nossa opinião, através da cultura e da educação, orientadas para valores humanistas que estas atitudes e comportamentos que poderemos considerar “transgressores” podem vir a ser alterados.

E é aqui que a nossa tolerância é fundamental – no tempo, esse grande escultor -. Não nos podemos impor, não somos detentores da verdade e do verdadeiro, podemos transmitir, não podemos exigir que mudem radicalmente os seus costumes, embora não podemos nem os devemos aceitar quando violam as leis do país de acolhimento.

Como uma obediência feminina, temos o dever de olhar e de ajudar as mulheres imigrantes. Foram as mulheres, ao longo dos séculos, que conduziram aos momentos de ruptura, embora num lugar secundário e, muitas vezes, humilhante. São as mulheres actualmente mais de metade da população mundial e, na Europa, nos últimos 50 anos, atingiram um patamar irreversível, embora ainda se verifiquem assimetrias concernentes ao género, temos o dever de mostrar a essas mulheres o poder que detêm e que lhes confere, quase em exclusivo, um papel fundamental, quer como mães, quer junto de outras mulheres.

A Europa não irá comportar mais imigrantes, muitos deles vão ter de regressar aos seus países de origem, que não devem renegar, devem por em prática o que aprenderam na Europa ser pedras chaves na reconstrução e na transmissão de valores que visem a dignidade da pessoa humana e o respeito pelo outro. Devem impedir acções aviltantes como a condenação à morte por lapidação. Sem a sua participação não haverá progresso nos seus Países de origem. A sabedoria que encerram as tradições africanas e orientais, por exemplo, são ricas mas têm sido lidas sobretudo pelo olhar masculino de

forma deturpada e a seu favor. Em todos os países que têm assistido a sangrias emigratórias existe maçonaria, sobretudo masculina e em muito menor nº lojas femininas, nem sempre a funcionar em plena liberdade é certo.

Então por que razão não se estabelecem pontes, entre as obediências/lojas femininas e masculinas com o intuito de, em conjunto e em igualdade, aproveitar os conhecimentos adquiridos a favor do desenvolvimento desses países.

Com gestos, palavras, atitudes... e com a convicção de que o valor humano emergirá e será capaz de, progressivamente, desbastar as oposições e conduzir ao desenvolvimento, no percurso incontornável da nossa civilização - um mundo pertença de todos, bem ilustrado neste poema de António Gedeão:

Minha alma é de todo o mundo

Todo o mundo me pertence

Aqui me encontro e confronto

com gente de todo o mundo

que a todo o mundo pertence

Disse

Setembro, 6010